

**DOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL AOS PROJECTOS DE
ANIMAÇÃO CULTURAL:
CONCEITOS, DIMENSÕES E DESAFIOS**

Domingos Santos

Professor Adjunto da Escola Superior de Educação de Castelo Branco

Resumo

Entender os processos de desenvolvimento local implica identificar a diversidade de situações e potencialidades que se podem associar às iniciativas de raiz local. Nesse sentido, serão analisados os modelos territorialista e funcionalista de desenvolvimento local, tipificando as diferentes dimensões que caracterizam cada um desses paradigmas de desenvolvimento territorial e apontando as relações existentes com os modelos de intervenção cultural.

Argumenta-se, seguidamente, que os projectos de animação cultural devem revestir um claro figurino territorialista, ou endógeno, porque só assim poderão constituir-se como verdadeiros instrumentos de valorização dos activos locais e de qualificação das comunidades. Nesse sentido, na perspectiva de animação cultural, o modelo de intervenção cultural de cidadania filia claramente, como se argumenta, na abordagem territorialista de desenvolvimento local e regional.

Finalmente, serão apontados alguns desafios críticos a que um projecto de animação cultural precisa responder, bem como as principais características que lhe devem transmitir forma e conteúdo.

Palavras-chave:

animação cultural, cultura, património, projecto, desenvolvimento territorialista, desenvolvimento local.

Introdução

A intervenção no campo da animação cultural é, ainda, uma actividade emergente, com uma significativa dimensão experimentalista, a que, não raras vezes, está associado um défice de reflexão teórica e analítica mais do que metodológica e instrumental. Predomina, aliás, neste sector, uma concepção *obreirista* que significa, na prática, o primórdio da acção sobre a conceptualização, a análise ou o diagnóstico – segundo alguns, interessa é que se faça, se se está a trabalhar com critérios de eficácia e de eficiência isso é, ou tem sido, uma questão menor, uma matéria frequentemente descurada neste campo da intervenção social. Não é de admirar que, nestas circunstâncias, alguns autores, como López de Aguilera, falem da denominada *agrafia do sector cultural* (2000), que se traduz na inexistência de uma produção escrita substantiva e suficientemente significativa sobre a intervenção no sector cultural e, mais especificamente, sobre a actividade desenvolvida no âmbito estrito da animação cultural. Essa produção, nomeadamente, em Portugal está, ainda, aquém do desejável, produz-se pouco e nem sempre com critérios de qualidade devidamente cuidados.

Neste artigo será reflectida a ligação umbilical que argumentamos existir entre as diferentes concepções de desenvolvimento local e regional, e a intervenção no domínio da animação cultural, aprofundando, em particular as relações entre o modelo de desenvolvimento territorialista e o modelo de intervenção cultural cidadã. É necessário identificar e caracterizar as dimensões de desenvolvimento baseadas na identidade dos diferentes espaços, na sua história, nos seus recursos materiais e imateriais. Neste sentido, os processos endógenos de desenvolvimento podem adquirir especial significado e coerência, permitindo que as economias locais e regionais cresçam com base no potencial de desenvolvimento existente nesses territórios e que a intervenção no quadro da animação cultural possa ser erigida com base na afirmação das identidades locais.

Por último, salientar-se-ão os principais desafios a que os projectos de intervenção na área da animação cultural devem tentar responder, no sentido de projectar sobre as respectivas comunidades processos e dinâmicas de desenvolvimento mais qualificantes e sustentáveis, a partir de uma leitura alargada e integrada dos respectivos recursos endógenos.

2. Desenvolvimento local: da abordagem funcionalista ao modelo territorialista

A teorização sobre as organizações socioeconómicas e territoriais é sobretudo um resultado dos avanços da Ciência Regional no decurso das décadas de 1970-80. Com efeito, os problemas antes aprofundados no quadro da análise regional, em particular no âmbito da *polarização*, trouxeram consigo os germes fundadores de um pensamento de natureza territorial. Num primeiro tempo essa discussão filia quer em discussões dispersas que equacionam a problemática do território como quadro regional/local, em oposição a lógicas funcionalistas macro-económicas, quer em propostas de elaboração de uma meso-análise do território. De um modo geral, essas reflexões prosseguem um mesmo objectivo de articular estreitamente a abordagem territorial às dinâmicas de desenvolvimento.

Os primeiros contributos verdadeiramente marcantes desta nova abordagem das teorias de desenvolvimento regional e local devem-se a Friedmann e Weaver (1979), adoptando a designação de *territorialista*, bem como a Stöhr e Taylor (1981), denominando-se neste último caso *from below*, que poderíamos traduzir, numa versão quase literal, por *ascendente* ou, o que é mais comum na literatura especializada, *a partir da base*. Neste artigo, tomamos o conceito igualmente como sinónimo de desenvolvimento endógeno (Vásquez-Barquero, 2002).

Correspondendo, na periodização proposta por Weaver (1984), à terceira geração do planeamento regional, este modelo vem associado também, por um lado, à crise económica despoletada pelos sucessivos choques petrolíferos dos anos 70 do século passado e, por outro lado, a um certo desencanto com as políticas regionais tradicionais, de segunda geração, que vinham a ser implementadas com resultados insatisfatórios. Stöhr e Todtling (1977: 56) sublinhavam mesmo que *as disparidades espaciais nos níveis de vida, num elevado número de países desenvolvidos, ao invés de diminuírem, por via da aplicação de políticas regionais, aumentaram ou, pelo menos, estagnaram*. Os mesmos autores, um ano mais tarde (Stöhr e Todtling, 1978), reforçam essa análise quando sustentam que a política de pólos de desenvolvimento ficou aquém do esperado na dinamização das periferias, gerando mesmo, frequentemente, efeitos perversos, dado que os efeitos negativos induzidos (*polarization effects* ou *backwash effects*) se sobrepuseram aos efeitos positivos (*trickling down effects* ou *spread effects*). De facto, mais uma vez se verificou que a construção de um novo quadro teórico se baseou e

iniciou pela crítica fundamentada na satisfação sentida relativamente às teorias *tradicionais* anteriores.

A captação do investimento móvel para os territórios com problemas estruturais de desenvolvimento, através da mobilização de instrumentos como os incentivos fiscais ou financeiros, teve pouca influência na decisão de localização de actividades, registando, todavia, um maior impacto relativo na captação de investimento móvel internacional, normalmente associado a filiais de empresas transnacionais. Sweeney (1987: 43), justamente a este propósito, sugere que as políticas regionais tradicionais geraram as condições do seu próprio insucesso porque *atenderam a factores que embora importantes não são vitais para promover as bases do crescimento económico, como a construção de infra-estruturas, a igualização dos rendimentos per capita, a distribuição mais equitativa do emprego, esquecendo a criação e o fomento de novas actividades económicas*

Esta nova fase do planeamento do desenvolvimento regional e local começou, como se referiu, em meados dos anos 70 do século passado, e assumiu uma estruturação conceptual substantivamente diferente da anterior. Surge num contexto macro-económico marcado pela subida acelerada dos preços dos factores de produção, a expansão abrupta da taxa de desemprego e a desaceleração da taxa de crescimento do produto. Ora, não havendo crescimento a distribuir pelas regiões periféricas, num cenário de tendencial incremento da imobilidade do factor capital, todos os pressupostos que alicerçavam o anterior modelo funcionalista se esboroaram. Todavia, como sugere Pedroso (1998: 52), o verdadeiro ponto de partida dos territorialistas é *a crítica de uma perspectiva do desenvolvimento que assenta na maximização das oportunidades económicas, entendidas como sendo exteriores às estratégias dos actores e aos factores culturais associados aos diferentes meios*, erigindo, em definitivo, o território à categoria de sujeito activo de desenvolvimento.

Nesta altura, a noção de espaço começa a configurar-se como variável estratégica de desenvolvimento, abandonando-se, em paralelo, a óptica funcionalista e neo-clássica que o entendia basicamente como suporte no qual actuam as forças económicas, se localizam actividades e, portanto, se define a estrutura e hierarquia dos espaços económicos. Assim, da percepção dos diferentes espaços territoriais como receptores de estratégias produtivas alheias e exteriores tende-se para uma configuração que os encara, também, como actores fautores da sua própria trajectória de desenvolvimento, de acordo com uma racionalidade específica de organização social e económica.

No novo contexto socioeconómico, as políticas de desenvolvimento regional e local são forçadas a procurar novos caminhos. Havendo crescente dificuldade em distribuir espacialmente o crescimento, porque inexistente ou parco, *a questão fundamental para o desenvolvimento deixou de ser a capacidade da região para atrair novos projectos, para ser a das capacidades das regiões para gerar internamente as condições de transformação das suas estruturas produtivas* (Baptista, 1985: 25). Isto é, a questão fulcral passou a ser a do desenvolvimento regional endógeno, em contraponto ao paradigma funcionalista anterior. Pressupõe-se um controlo territorial das economias regionais, tendo em vista o aumento da eficiência global de todos os factores produtivos, e a sua estratégia baseia-se na utilização de PME, que aparecem, preferencialmente, por iniciativa de agentes locais, visando a retenção dos valores acrescentados no quadro da própria matriz económica territorial e na activação das potencialidades locais (Weaver, 1981; Gore, 1984; Stöhr, 1984 e 1987; Henriques, 1987; Lopes, 2001; Vasquez-Barquero, 2002 e 2007). O desenvolvimento era largamente entendido e praticado como crescimento económico; a noção de desenvolvimento assimilada e tomada como sinónimo de crescimento.

A teoria do desenvolvimento de base territorial e endógena procurou fornecer respostas ao paradigma então dominante, que pressupunha:

- a subalternização dos aspectos estruturais do desenvolvimento, como os políticos, sociais, culturais e ambientais;
- uma visão economicista do desenvolvimento, assente em processos de acumulação concentrada de capital;
- a prioridade conferida à mobilidade espacial de capitais;
- a preferência por investimentos em infra-estruturas pesadas, sem atender aos aspectos qualitativos dos mercados locais de emprego;
- uma grande aposta nos sistemas de grande escala e altamente consumidores de energia;
- o recurso a estratégias exógenas às economias locais para definição dos recursos a explorar;
- a menorização de dimensões extra-económicas de desenvolvimento, como a social, a cultural e a ambiental;
- a imposição de mecanismos de decisão centralizados, desprezando a participação dos actores locais e regionais.

O novo paradigma, territorialista, de conceptualização do desenvolvimento regional e local assenta no pressuposto de que este *se alcança através da mobilização integral dos recursos dos diferentes territórios para a satisfação prioritária das necessidades das respectivas populações* (Henriques, 1990: 51). Segundo Weaver (1988: 12), o argumento central deste quadro teórico e analítico é o de que o poder económico funcional, liberto do controlo de uma entidade territorial, tende, quase invariavelmente, a acentuar as disparidades sociais e económicas inerentes ao desenvolvimento polarizado. Aliás, a questão-chave que Friedman e Weaver (1979: 171) colocaram no centro do novo debate *regional* foi a de saber se *a função deve prevalecer sobre o território ou o território sobre a função?*

De acordo com a visão perfilhada por Stöhr (1984: 467), este modelo de desenvolvimento territorialista acentua, sobretudo, a inovação a nível social, político e institucional. A configuração organizacional, apelando à participação alargada e estruturada do colectivo de actores, a um crescente grau de autonomia decisional das comunidades locais/regionais e ao papel dialogante das suas instituições e formas de governância compaginam factores-chave na edificação deste paradigma. Bassand e Guindani (1981) salientam a importância da mobilização das energias sociais, numa dinâmica em que a intensificação relacional e de pertença social não institucionais constituem, igualmente, modos estruturantes do evoluir social. Nesse âmbito, são valorizados os padrões culturais locais, como, a título exemplificativo, a existência de laços comunitários e o espírito associativo, considerados de significativa importância para atingir os objectivos propostos. Uma das ideias fundadoras é a de que a descentralização, a nível local e regional, da política de desenvolvimento territorial não só valoriza o papel da administração pública a essas escalas espaciais mas favorece ainda a participação das forças sociais e económicas existentes na elaboração de estratégias de acção. A exploração racional e sustentável dos recursos naturais é outra das vertentes que caracteriza este modelo, acentuando que aqueles devem, prioritariamente, constituir matéria-prima fundamental para a satisfação dos mercados locais, de acordo com o princípio da mobilização integral e optimizada dos recursos.

O desenvolvimento endógeno para Long e Van der Ploeg (1994) é construído principalmente, ainda que não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis, tais como as potencialidades da história, da cultura e da ecologia local, da força de trabalho, conhecimentos e modelos locais para articular produção e consumo.

Ao contrário da abordagem funcionalista, o desenvolvimento endógeno tem como ponto de referência as características socioculturais, ecológicas e, por que não dizer, económicas locais de suporte. De alguma maneira significa romper relações externas na esperança de evitar simplesmente o desaparecimento de elementos socioculturais e ecológicos vinculados ao lugar. Trata-se de procurar formas de integrar as identidades culturais e os processos globais num esforço para impedir que nos tornemos simples consumidores de modelos culturais elaborados pelos mercados (Touraine, 1997), o que não significa, contudo, a exacerbação fundamentalista das identidades culturais, nacionais ou locais. Assim, como sugerem Greffe (1986) e Lopes (2001), o desenvolvimento endógeno não significa ausência de elementos externos; significa localização e territorialização do desenvolvimento.

Para Remmers (2000), o desenvolvimento endógeno é aquele que entende e fomenta a capacidade articuladora e integradora dos actores locais. Trata-se de um processo que não significa só a produção e o consumo de recursos num contexto espacial reduzido, ainda que possa significá-lo. Consubstancia, antes, um processo social em que as pessoas progressivamente percebem que detêm um maior controlo sobre a direcção de suas vidas, num esforço para expressar e fazer valer, dentro de um contexto global e articulando-se com ele, a especificidade do seu quadro de vida territorial, tanto na sua vertente de recursos naturais e humanos como na vertente de controlo do processo de desenvolvimento. O endógeno não pode ser visualizado como algo estático e que refaz o externo (Sevilla Guzmán, 2001). Ao contrário, o endógeno incorpora, integra e inclui o que vem de fora, mediante a adaptação à sua lógica sociocultural de funcionamento. Ou seja, o externo adiciona-se ao endógeno quando tal assimilação respeita a identidade local. Somente quando o externo não agride as identidades locais é que se pode produzir essa assimilação (Greffe, 2002; Santos 2009a).

Como se sublinhou, o desenvolvimento endógeno não implica ausência de elementos exógenos, pois o processo de desenvolvimento pressupõe um diálogo constante entre elementos internos e externos. De um lado os actores locais apropriam-se de componentes *globais* (cultura, tecnologia, conhecimento, etc.), num processo permanente de desconstrução/reconstrução. De outro, o local oferece os seus bens e serviços à escala ao global que, assim, se apropria de elementos locais (Remmers, 1998). O desenvolvimento endógeno é aquele onde os elementos locais são a referência, ou seja, é aquele que emana das características e recursos locais (potencial endógeno) para promover uma nova coerência entre os elementos tradicionais e os externos,

tratando de harmonizar as condições ecológicas, socioculturais e económicas locais. O desenvolvimento endógeno é compreendido como desenvolvimento local, produzido principalmente por impulsos locais e largamente fundado sobre os recursos locais, num quadro de sustentabilidade. Não estamos a falar de autarcia (isolamento total) ou regiões inteiramente autónomas. O que argumentamos, à semelhança de Van der Ploeg e Saccomandi (1995), é que a determinação das opções e o controle devem ser locais e os benefícios mantidos no local num processo auto-centrado onde a maior parte dos valores gerados sejam re-allocados localmente, sobretudo em função de interesses locais. O desenvolvimento endógeno pode revitalizar e dar uma nova dinâmica aos recursos locais, que de outra forma poderiam tornar-se supérfluos, permanecer ocultos ou subutilizados. A íntima dependência entre o desenvolvimento endógeno e os recursos locais pode ter um impacto positivo sobre os interesses e perspectivas locais.

Quadro 1 – Os modelos funcionalista e territorialista de desenvolvimento local e regional

Dimensões de análise	Modelo Funcionalista	Modelo Territorialista
Objectivo	Utilização dos territórios e das comunidades locais e regionais como veículo de satisfação dos interesses sectoriais e empresariais	Qualificação dos territórios e das comunidades locais e regionais através da mobilização integral dos seus recursos
Lógica	Criação de dinâmicas sociais assentes em estímulos externos; vertical e funcional	Criação de dinâmicas sociais assentes na mobilização das energias internas; horizontal e territorial
Organização	Sectorial; atomista; território hospedeiro/objecto	Transversal; redes; território protagonista/sujeito
Recursos	Captação de investimento móvel internacional e inter-regional; valorização dos recursos financeiros e materiais (<i>hardware</i>); privilégio da grande escala	Apoio ao empreendedorismo de génese local e regional; valorização dos recursos imateriais organizacionais (<i>software</i> e <i>organware</i>); aproveitamento de iniciativas

		de pequena e média escala
Estratégias	Integração funcional	Diferenciação, inovação, afirmação identitária
Riscos potenciais	Deslocalização de actividades, <i>abafamento</i> do potencial de recursos local e regional	Auto-fechamento, esclerose institucional e organizacional
Papel dos aspectos culturais	Menor, despreciando	Maior, fundamental

As duas abordagens remetem para o facto de o desenvolvimento territorialista incluir a determinação local das opções, um controle local sobre o processo e a retenção dos benefícios deste desenvolvimento no local (Henriques, 1990; Lopes, 2001). O modelo endógeno de desenvolvimento é baseado principalmente, mas não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis. O desenvolvimento endógeno pode revitalizar e dar uma nova dinâmica aos recursos locais, que de outra forma poderiam tornar-se supérfluos. A íntima dependência entre o desenvolvimento endógeno e os recursos locais pode ter um impacto positivo sobre os interesses e perspectivas locais, afirmam Van der Ploeg e Saccomandi (1995), ainda que recordem que tal potencial também depende de uma série de factores, como os vínculos entre a localidade, o mercado e as políticas. De acordo com a OCDE (2005), *o desenvolvimento endógeno é compreendido como desenvolvimento local produzido principalmente por impulsos locais e fundado em grande parte sobre recursos locais.*

Em oposição ao modelo funcionalista, que *privilegiou a integração funcional das regiões no quadro de um modelo espacialmente extensivo* (Reis, 1992: 63), esta nova abordagem territorialista elegeu também como preocupação nuclear a dinâmica alargada de participação política no próprio processo de planeamento, conduzindo à abertura de oportunidades para os cidadãos, grupos sociais e comunidades organizadas territorialmente às escalas local e regional, mobilizando as suas capacidades e recursos para melhorar os níveis de rendimento e de qualidade de vida das populações. O modelo reveste, assim, duas características básicas: é comunitário e democrático, no sentido em que assume a cobertura das necessidades básicas pelo conjunto da comunidade e com base em critérios de acesso igualitário ao poder. Lançaram-se, assim, as bases de uma mítica da autonomia territorial, colando-lhe uma certa dimensão utópica, que teve,

contudo, o inegável mérito de ter assinalado a existência de vias alternativas de desenvolvimento ao modelo tradicional impulsionado pelo exterior. Neste particular, torna-se fundamental entender que, como o sublinha Santos (2009a; 2009b), as experiências de desenvolvimento territorial não obedecem a um padrão único, antes se enraízam nas matrizes históricas, culturais, institucionais e naturais das respectivas localidades/regiões. De forma um pouco paradoxal, parece que é precisamente a partir desse enraizamento territorial que começam a emergir as fontes de dinâmica de inovação e de desenvolvimento económico.

2. Modelos de intervenção cultural: da cultura institucional e industrial à cultura de cidadania

Feita a caracterização dos modelos de desenvolvimento local e regional, importa, agora, equacionar as diferentes abordagens que tipificam a intervenção no sector cultural, dado que, na nossa perspectiva, elas filiam nos diferentes modos de perspectivar o desenvolvimento como uma sucessão dinâmica de actos de construção de um futuro desejável. Dito de forma mais explícita, a opção por uma ou outra abordagem de acção na área cultural depende, em larga medida, das estratégias de desenvolvimento prosseguidas, de carácter mais territorialista ou endógeno, ou, pelo contrário, de pendor mais funcionalista ou exógeno. O modelo de desenvolvimento assumido por um determinado território condiciona largamente o modo como se age no sector cultural e, em boa verdade, como, numa lógica de coerência interna, se intervém sobre os demais sectores da actividade.

Sinteticamente, os modelos de intervenção cultural podem sistematizar-se do modo que vem esquematizado no quadro 2.

Quadro 2 – Os modelos de intervenção cultural

	Cultura institucional	Cultura industrial	Cultura de cidadania
Princípio condutor	Institucionalização	Empresarialização	Responsabilização
	Serviço público/estatal, <i>top-</i>	Comercial/privada, <i>top-down</i> ;	Democrática/parceria/ /associativa, <i>bottom-up</i> ;

Lógica	<i>down</i> ; funcionalista; centralização	funcionalista; centralização	territorialista; descentralização; participação
Objectivo	Bem comum, interesses colectivos, formação de públicos	Consumo, divertimento, negócio	Criação, apropriação, engajamento, promoção da diversidade cultural, cultura como instrumento de inclusão, <i>empowerment</i> comunitário e territorial
Enquadramento	Democratização cultural	Mercantilização cultural	Democracia cultural
Por quem	Organismos públicos	Empresas privadas	Redes de parceria público-privadas, associações, indivíduos
Para quem	Sociedade, públicos	Consumidor, cliente	Comunidade local, cidadão
Exemplos	Biblioteca pública, museus, arquivos, companhias artísticas (ópera, bailado, música, etc.)	Edição e divulgação de livros, discos, filmes; festivais de música e de cinema, etc.	Projectos de animação cultural, promoção do associativismo e do voluntariado, cultura como veículo de qualificação territorial e social
Papel do animador cultural	Residual ou nulo	Residual ou nulo	Fundamental

Fonte: adaptado de Andrew *et alii*, 2005.

A abordagem institucionalista, ideologicamente mais *à esquerda*, faz do papel interventor e todo-poderoso do Estado Central o eixo estratégico de regulação e actuação. É o Estado Central, por via das suas estruturas e ramificações (centrais, regionais e locais), que fixa os objectivos, define os meios e as estratégias, estabelece orçamentos e, depois, com o seu poder, suscita a adesão das comunidades locais e regionais para assimilarem essa política cultural *oficial*. O Estado Central, soberano, omnipresente e onisciente, decide o que é bom e correcto para os territórios e os cidadãos, no quadro de uma acepção de cultura mais estreita e tradicional (Santos Silva, 2003).

O modelo industrial corporiza, na prática, uma perspectiva mais liberal, ideologicamente, portanto, mais *à direita*, em que ganha grande centralidade o papel do mercado como veículo condutor da intervenção nas actividades culturais e das empresas

privadas que olham a actividade cultural como uma qualquer área de negócio, a cultura tornada espectáculo. O grande objectivo, como em qualquer actividade económica, é o lucro e as estratégias dos actores empresariais decorrem desse enquadramento. O enfoque não é no cidadão mas antes está centrado no consumidor, é o mercado que condiciona e limita os seus meios de acção.

Em ambos os modelos, os territórios são vistos como agentes passivos, receptores de políticas e eventos emanados de centros reguladores e executores – num caso, por via do Estado, noutro, por via das empresas privadas e do mercado. Em qualquer dos casos, percebe-se que é expectável que a nível local prevaleça uma estética de consumo de bens e serviços culturais definidos centralmente. Os valores, os padrões e todo o quadro simbólico de referências culturais são definidos nesses centros produtores e difusores. Predomina, portanto, um modelo que assenta na difusão de modelos e padrões culturais do(s) centro(s) para as periferias no quadro do que se pode designar, em sentido amplo, por democratização cultural (sobretudo se assente no modelo institucionalista) e os territórios, às escalas locais e regionais, assumem-se como meros receptáculos e consumidores de bens e serviços culturais, no quadro de um contexto de verticalização das decisões (*top-down*). Não se pode, neste caso, falar tanto de animação cultural, não é disso que este modelo necessita, mas, antes, de intervenções direccionadas para a programação e a gestão cultural. Este quadro corporiza, claramente, o campo por excelência da chamada estética da recepção. Em boa verdade a intervenção qualificada de um animador cultural será muito redutora se perspectivada em torno do triângulo *aumentar o número de públicos, criar novos públicos e fidelizar públicos* (Azevedo, 2004; Santos Silva, 2007; Telmo Gomes e Lourenço, 2009).

Prevalece, actualmente, esta lógica mista, a um tempo institucionalista e industrial. Tal não admira, já que corresponde, no fundo, à extensão ao sector cultural da abordagem funcionalista de desenvolvimento. Não se trata, aqui, de preservar e promover os valores identitários e a diversidade cultural local e regional, mas antes, de disseminar e absorver os valores e símbolos culturais e patrimoniais difundidos no âmbito de uma relação centro-periferia, em que ao centro corresponde a voz de comando e de regulação e às periferias o papel subalterno de seguir as políticas definidas no topo e daí emanadas.

Estas abordagens acabam por criar a necessidade dos territórios, por razões de preservação identitária e defesa dos seus valores culturais, responderem ao desafio:

como promover uma intervenção cultural de cariz cada vez mais assente na promoção da cidadania, valorizadora dos activos culturais e patrimoniais locais?

É a essa questão que o modelo de cultura de cidadania tenta dar resposta. Assente numa lógica territorialista de desenvolvimento, este modelo recusa que os territórios, as comunidades locais e os cidadãos fiquem reféns de políticas e estímulos culturais que lhes são veiculados por estratégias institucionais e/ou industriais. O grande repto passa por valorizar os activos culturais locais, por pouco auspiciosos que possam parecer, trabalhando num quadro de participação activa e de profundo envolvimento das populações locais. Neste modelo, tende-se, igualmente, a entender a cultura de uma forma mais global e abrangente, abarcando, nomeadamente, as formas vernaculares e populares de cultura, as tradições populares e religiosas, os saberes e os saberes-fazer tradicionais, etc. (Cerezuela, 2007).

Neste contexto, não se renegando, de modo algum, a abertura ao mundo e uma sensata aposta na recepção de eventos culturais externos, o grande desafio vai, todavia, no quadro de uma verdadeira lógica de animação cultural comunitária, para a priorização dada às estratégias e iniciativas que assentem no fomento das estéticas de produção. Elevando as comunidades do patamar de meras receptoras à condição de criadoras de bens e serviços culturais que lhes são exclusivos e particulares. Tudo isso com lógicas próprias e específicas de cada território, procurando que, através de um trabalho de animação das comunidades, das associações, dos cidadãos, se trilhe antes um caminho de afirmação de valores identitários locais e de criação de auto-estima por referência ao seu passado e ao seu projecto de futuro. As comunidades locais e regionais passam de espectadoras de desenvolvimento a verdadeiras protagonistas do seu devir, dos seus caminhos de futuro, das suas diversidades e do seu desenvolvimento. É este, claramente, o domínio da democracia cultural (Teixeira Lopes, 2009).

Neste quadro, o papel do animador cultural vem clarificado e reforçado. No fundo, espera-se desse profissional um papel de activação das forças e dos potenciais locais de afirmação cultural, uma função de mediação e de criação de estímulos que ajudem a dar corpo a essa lógica de acção. No centro da intervenção estará sempre a referência estratégica de, através da actividade cultural em sentido amplo, contribuir para a qualificação das comunidades locais e dos cidadãos, numa lógica de *empowerment* e de criação de capital social (Putnam, 1995). Afinal, o que é um animador cultural senão um agente fertilizador e de desenvolvimento das comunidades, com base num trabalho assente na exploração dos activos culturais locais?

Não se trata, assim, tanto de programar ou gerir, mas antes de animar, uma função que impõe um trabalho de terreno exigente, no sentido de ir criando micro-dinâmicas associativas, empresariais, comunitárias e individuais que possam dar azo a projectos culturais assentes na preservação, na valorização e na divulgação dos valores culturais intrínsecos a cada uma dos territórios. Não renega o Estado nem o mercado mas esse não é, claramente, o seu foco – é antes o cidadão, é para ele, por ele e com ele que constrói o edifício da sua actividade profissional.

Este modelo de cultura de cidadania requer, naturalmente, uma forte capacidade de organização das comunidades e dos poderes públicos locais. Como assenta na procura e afirmação dos valores endógenos, é óbvio que remete para a necessidade das autarquias locais assumirem um figurino de intervenção na área cultural que valorize esta activação das forças locais. A ideia base é a da capacidade para se utilizarem todos os meios e capacidades humanas e materiais para se satisfazerem as necessidades culturais locais. Se quisermos ser realistas cabe-lhe um papel fundamental de perceber a importância de interligação do trabalho de democratização da cultura e da democracia cultural.

São as comunidades locais que, organizadamente, definem e decidem quais as suas prioridades em matéria cultural – que tipos de intervenção pretendem realizar? Mais direccionadas para a preservação e valorização do património? Mais incentivadoras das actividades criativas e artísticas locais? Assente na promoção dos diferentes figurinos de associativismo local? Promotoras de estudos e actividades conducentes à sua afirmação identitária?

O risco, nesta matéria, é justamente o de algumas autarquias, por miopia estratégica, adulterarem estas intervenções desejáveis, que suscitam, sobretudo, um papel *pivot* e regulador do Estado local, criando, em vez disso, um quadro de municipalização da intervenção cultural, de quase monopólio, com isso, abafando as forças e energias que é preciso conseguir despoletar.

Se isso acontecesse, como, de algum modo, por incapacidade de visão estratégica, tem vindo a ocorrer em alguns casos, estar-se-ia a reproduzir, desta vez a nível local, uma lógica de intervenção estatizante. O papel da cultura e do animador cultural é o de, justamente, instigar o cidadão a realizar sua cidadania e participar activamente da dinâmica do seu território. Para se estabelecer um trabalho mais sistemático e abrangente, é preciso definir uma política municipal de cultura articulada com o desenvolvimento local.

3. Projectos de animação cultural: que desafios?

3.1. Um projecto de animação cultural deve inscrever-se numa lógica de desenvolvimento local

Os projectos culturais são instrumentos colocados ao serviço do desenvolvimento local. O pior que pode acontecer na formulação dos projectos culturais, tanto quanto nos projectos orientados para outras actividades, é o seu auto-fechamento em torno de lógicas exclusivas do próprio sector. Um projecto vertical ao invés de um projecto ramificado sectorial e territorialmente. O desejável é o projecto assumir um cariz transversal que potencie e irrigue outros sectores, que abra a porta para fertilizações inter-sectoriais, caminhando no sentido de iniciativas com um carácter cada vez mais integrado e integrador.

Os projectos culturais devem, assim, participar da estruturação do território que servem, estabelecendo pontes com outras áreas de intervenção, como a educação, o desporto, o turismo, a saúde, o emprego e a formação profissional, entre outras. A sua projecção conceptual e metodológica não pode, por isso, deixar de lado, a estreiteza das intervenções mais tradicionais e verticais centradas exclusivamente no sector cultural para, pelo contrário, assumirem um âmbito mais transversal, focalizado nas exigências e nas oportunidades dessa comunidade e desse espaço geográfico concreto (OCDE, 2005).

É, por isso indispensável, que os projectos culturais sejam erigidos a partir de um rigoroso diagnóstico da situação de partida, não só do sector cultural, mas abarcando, numa leitura estratégica, as outras dimensões da actividade social, económica e ambiental. Não sendo, naturalmente, condição suficiente para a realização de um bom projecto cultural, esta fase é, contudo, condição absolutamente necessária que não deve nunca ser esquecida ou descurada, sob pena de se construir todo um edifício sobre alicerces pouco sólidos. Para tornar o diagnóstico produtivo, temos de conseguir ver tanto a árvore quanto a floresta. Temos de conseguir uma leitura alargada, estabelecer inter-relações e relações de causa-efeito entre as partes observadas.

Não raramente, em Portugal, ouvimos dizer que já há estudos de diagnóstico em excesso, falta é acção! Primeira nota – concordo, há-os, de facto, mas raramente são de qualidade minimamente aceitável, constituem, muitas vezes, exaustivas descrições

destituídas de qualquer sentido estratégico de análise. Segunda nota – discordo, é patente que uma das marcas mais negativas do trabalho dos actores culturais é a ausência de documentos base de diagnóstico e orientação, aquilo a que López de Aguilera (2000), como já sublinhámos anteriormente, chama de *agrafia do sector*. Terceira nota – não devemos nunca, sobre esta matéria, esquecer a sábia leitura de um provérbio oriental: *visão sem acção não é mais do que fantasia, acção sem visão é apenas um pesadelo*.

Argumentámos que o desenvolvimento local e regional, distintamente da visão funcionalista que o assimilava ao conceito de crescimento económico, deve ser integrado e sustentável, centrado no território e na respectiva comunidade. De igual modo, um projecto de animação cultural deve servir-se dessa abordagem intersectorial para criar laços de complementaridade e sinergia que possam servir os propósitos do desenvolvimento sustentável, focando os seus objectivos naqueles que constituem a razão de ser de qualquer intervenção nesta área os cidadãos.

O projecto visa reforçar a oferta cultural existente no seio desse território? O projecto direcciona-se para fazer emergir ou reforçar a identidade territorial? O projecto pretende mobilizar os actores locais da cultura para, assim, criar uma dinâmica de desenvolvimento centrada num tema federador? O projecto quer ser um veículo de marketing territorial e de reforço da atractividade turística? ... Enfim, qualquer que seja o objectivo central do projecto, o essencial é que ele não deixe de cumprir uma lógica de serviço e de enriquecimento da comunidade local.

É fundamental que se perceba que os bens culturais (e naturais) devem integrar-se no planeamento do desenvolvimento económico e territorial, e constituir um motor de *empowerment* e de criação quer de capital social (Putnam, 1995), quer de riqueza e de postos de trabalho (Boisier e Canzanelli, 2008). Um desenvolvimento em que se perceba o território como espaço de socialização e de identificação que transcenda a geografia ou a paisagem, e em que as comunidades locais sejam o ponto cardeal de referência para a auto-organização e a participação social.

3.2. Um projecto de animação cultural deve promover as parcerias locais e focalizar-se nos cidadãos

Um dos principais eixos condutores dos projectos de intervenção na área cultural passa pela mobilização alargada da rede de actores institucionais e empresariais

locais. Esse é um vector a que convirá atender desde que se começa a desenhar o projecto, não já numa fase ulterior, porventura terminal, por meras razões burocrático-administrativas – porque, por exemplo, o projecto para ser financiado no âmbito de determinado programa nacional ou comunitário obriga a que esse requisito, de auscultação ou de constituição da parceria local, esteja preenchido.

Não se trata, portanto, de um passo *pro forma*, do preenchimento de um ritual meramente procedimental mas, antes, de um meio de enriquecer o projecto, buscando na articulação de complementaridades em rede vantagens de escala, de diversidade e de alcance. Ancorado no território, o projecto cultural deve assentar nas especificidades locais e na promoção da identidade comunitária. Essa deve ser a bússola condutora de toda a intervenção projectual, como defendemos anteriormente. O que implica que o projecto resulte da mobilização atempada de vontades e da iniciativa dos diferentes actores locais. O projecto, como instrumento de planeamento do desenvolvimento local, realiza-se, por isso, com, e pelos, actores locais e não somente para os referidos actores locais – o que faz, bem entendido, toda a diferença. Doutro modo, corre-se o risco de o projecto não passar de um conjunto de ideias bem-intencionadas mas a que falta o necessário suporte e força motriz para levar a efeito com um mínimo de garantia de sucesso. É a única forma de lhe comunicar legitimação social, caso contrário será sempre vistos como um projecto cultural da autarquia ou, pior ainda, do presidente da câmara. E, quando assim é, e, infelizmente, há alguns casos conhecidos, acabam sempre no mofo de uma gaveta (Santos Silva, 2007).

Nesta matéria, de trabalho de equipa, de construção conjunta e co-responsável, em que, em Portugal não há tradição, convirá que a entidade líder tenha perfeita noção que, embora lhe esteja cometida a tarefa de coordenação e de *pivotagem* do processo, deverá, contudo, manifestar largueza de visão para que os diferentes *stakeholders* envolvidos tenham oportunidade de emitir a sua opinião, de ver os seus pontos de vista valorizados no projecto, permitindo, no fundo, enriquecer a iniciativa no seu todo, sem, no entanto, a desvirtuar ou tornar incoerente.

Isso requer um trabalho cuidado e aturado. Cuidado, porque assenta na troca de argumentos de entidades diversas (autarquias, associações, empresas, escolas, etc.) que possuem diferentes racionalidades e modos de ver, naturalmente todos *a priori* perfeitamente legítimos. Aturado, porque *Roma e Pavia não se fizeram num dia* e, nestes casos, como em tantos outros, *a pressa é inimiga da perfeição!*

A implicação formal e/ou informal do conjunto de actores da rede é um factor decisivo para o sucesso da iniciativa. Não se aplica aqui o velho pensamento de que *o que é de todos não é de ninguém*. Justamente, o grande desafio é tornar de posse colectiva um projecto que é de todos e a todos cabe pelo menos parte da responsabilidade da sua formulação e execução. O pior que pode suceder a um projecto emanado de uma parceria é ele tornar-se propriedade ou couto de um ou outro actor, colhendo indiferença ou mesmo rejeição por parte de todos os outros membros da rede. Deve-se, também, por outro lado, atentar aqui na velha máxima ecologista que alertava que *quando os problemas são de todos, toda a gente pensa que alguém fará alguma coisa e é por isso que ninguém faz nada!*

A grande virtude a prosseguir será, aqui, a de conseguir gizar projectos que permitam que todos os actores brilhem, que lhes sejam cometidas responsabilidades de desenho, implementação, gestão ou avaliação do projecto, tornando o projecto uma obra de um colectivo colocado ao serviço de objectivos de coesão social e territorial. Se isso for conseguido, ultrapassando as inevitáveis fricções por diferença de objectivos e opiniões, desdramatizando eventuais tensões existentes, este torna-se um processo riquíssimo de aprendizagem colectiva. Todos os actores ficarão mais capacitados para assumir futuros desafios em conjunto, cria-se uma base mais sólida, por certo, para sustentar novas acções e projectos conjuntos. No fundo, é toda a comunidade que fica a ganhar com estas dinâmicas em que uma intervenção de natureza projectual serve os desígnios abrangentes da comunidade de actores locais e fomenta novas mediações culturais.

Como se sabe, esta não é uma tarefa fácil. Fomentar o diálogo a nível local, com base no desafio de realização de um projecto cultural conjunto requer competências relacionais e técnicas que, infelizmente, não abundam mas que, paulatinamente, têm de vir a ser colmatadas, sob pena de se continuarem a perpetuar pesados custos de oportunidade porque, como lembra um provérbio búlgaro, *as oportunidades agarram-se pelas barbas, pois são carecas atrás!* A intervenção na paisagem cultural local está, pois, dependente da capacidade de estimulação, angariação e mobilização dos activos institucionais e empresariais localmente existentes. Fundamental, como já se deixou antever, é a capacidade de estabelecer pontes para a construção de projectos culturais com uma sólida ancoragem social e territorial.

Importa deixar uma nota adicional. O facto de, numa perspectiva territorialista, desejavelmente, os projectos deverem ser resultantes de parcerias locais, não quer

dizer que estejam fechados à participação de actores supra-locais. Com o centro de gravidade no local, os projectos culturais podem, e devem, contudo, abrir-se ao mundo e enriquecer-se com a participação efectiva de outros parceiros que possam, numa ou noutra matéria, carrear para o projecto um *apport* especializado e positivo. Afinal, como afirma Miguel Torga, *o universal é o local sem as paredes*.

É absolutamente crítico, nesta área, compensar o extraordinário poder das indústrias culturais e dos padrões simbólicos por elas veiculados com iniciativas cívicas de índole associativa e comunitária.

3.3. Um projecto cultural deve constituir-se como instrumento ao serviço da estética de criação e do fomento da democracia cultural

Se há sector que tem ocupado um papel menor nas políticas de desenvolvimento local esse sector é o da cultura. Basta analisar os orçamentos e planos de actividades das autarquias locais para perceber que é ainda muito reduzido o papel que lhe é atribuído. E, muito interessante e elucidativo: nos organigramas camarários, geralmente a vereação do pelouro da cultura engloba também a educação e o desporto, mas a fatia do envelope financeiro atribuído às actividades culturais, quase invariavelmente, é a menor, por vezes, ridiculamente pequena.

Habitados a cuidar gestão dos espaços públicos e da provisão das infra-estruturas e dos equipamentos, a larga maioria dos municípios portugueses ainda não se apercebeu do papel que a cultura pode assumir nas políticas de desenvolvimento local. Como veículos de qualificação dos cidadãos e das instituições, enquanto instrumentos de renovação das fontes de atractibilidade locais que, actualmente, face à globalização e à sociedade do conhecimento, implicam significativas alterações na forma e no conteúdo do desenvolvimento local.

A título meramente exemplificativo, refira-se que um número crescente de municípios rurais se dotou de um leque de modernos equipamentos, como cine-teatros. Pouco apetecíveis para as grandes redes de distribuição e de promoção de espectáculos, o município tem tudo a ganhar se conseguir erigir um projecto cultural que passe pela utilização alargada desse equipamento cultural por parte da rede de actores culturais locais (grupos dramáticos, ranchos etnográficos, grupos musicais formais ou informais, cine-clubes, etc.). Doutro modo, frequentemente muito afastados dos grandes centros consumidores, com uma população por vezes escassa,

será difícil preencher com uma oferta artístico-cultural continuada esses espaços, inviabilizando a rentabilização social desses equipamentos, afinal, a sua razão primeira de existência.

Nesta matéria, ao nível do poder local, forçoso é romper com as velhas lógicas instaladas que tendem a conceber o desenvolvimento segundo uma visão *etapista*: primeiro há que atender às necessidades infra-estruturais básicas (água, saneamento, electricidade, ...), depois às questões relacionadas com a educação e a saúde, remetendo, na prática, para as *calendas gregas*, as políticas na área cultural (Santos, 2008). Não é fácil fazê-lo, desde logo porque há grupos de interesse aproveitam essa cristalização em torno desse paradigma de não-desenvolvimento.

A produção e difusão de bens e serviços culturais são, reconhecidamente, dos factores de localização mais valorizados pelos quadros das grandes empresas. Há quadros superiores que acham inaceitáveis postos de trabalho em locais onde a dinâmica cultural se aproxime do zero. Quer do ponto de vista da atracção de talentos ou da retenção dos jovens, quer como travão à emigração ou de suporte à germinação de comunidades mais criativas, inteligentes e abertas ao mundo, é hoje inquestionável o peso da intervenção estruturada e significativa na área cultural.

Mas, mais do que isso – nesta matéria, é forçoso ir um pouco mais longe. O modelo de desenvolvimento territorialista faz da preservação e da valorização dos seus recursos endógenos a grande finalidade das dinâmicas económico-sociais. Mais do que importadores passivos de cultura, os territórios e as suas comunidades reposicionam-se como protagonistas de toda a dinâmica cultural, colocando toda a herança patrimonial e as novas indústrias da cultura ao serviço do reforço das dinâmicas de animação local, numa perspectiva de inclusão social e de reforço da coesão comunitária. Um projecto de animação cultural tem de constituir-se como veículo privilegiado de fomento de universos onde seja fundamental a afirmação de uma estética da criação ou da produção, com vista ao surgimento de território, por excelência, de democracia cultural (Teixeira Lopes, 2009). Mais do que conquistar públicos para a cultura, pretende-se antes, como sugere Helena Santos (2003: 92), a *co-produção de sentidos de inclusão social*.

No fundo, o objectivo deve passar por, como sublinham Pinto e Portugal (2001: 12), por alargar o círculo dos intervenientes culturais nas dinâmicas culturais, não tanto através do estímulo à recepção/consumo das obras da cultura instituída (tão característica das intervenções visando o alargamento de públicos), mas, sobretudo, por intermédio da

criação de condições para dar visibilidade a disposições e operadores estéticos autónomos de «cidadãos comuns».

Deste modo, a cultura é um dos meios privilegiados de, a um tempo, contribuir para a qualificação das comunidades locais e de reforçar os vectores de polarização desse território, quer na perspectiva da retenção dos seus recursos humanos mais qualificados, quer na perspectiva de captação de investimento directo externo estruturante e qualificante.

3.4. Um projecto cultural deve ser um instrumento de apoio à economia local e regional

O modelo de desenvolvimento funcionalista pressupõe que os territórios se comportem como meros receptores de lógicas económicas e culturais que emanam dos grandes centros difusores. Quando se fala do fenómeno da *disneylandização* da actividade cultural está-se, no fundo, a remeter para uma abordagem enquadrada por esses pressupostos. Trata-se, neste caso, da cultura entendida, sobretudo, como uma indústria, servindo propósitos mercantilistas e economicistas. Procura-se como objectivo primeiro, através da produção e difusão de bens e serviços culturais que se difundem dos grandes centros de referência desse tipo de cultura para as periferias, garantir o máximo lucro, que reverte a favor desses centros.

Sem enveredar por uma mera lógica mercantil dissociada dos objectivos de desenvolvimento local e regional, a cultura é, também ela, entendida como um recurso que pode, e deve, ser colocada ao serviço da polarização de investimento, da geração de iniciativas económico-empresariais e, bem assim, da criação de emprego. A ligação entre a economia e a cultura foi durante muito tempo encarada como se os interesses económicos e a criação cultural e artística fossem, pura e simplesmente, contraditórios, onde a produção e/ou comercialização da arte e dos bens culturais era deixada à esfera do mercado, e as artes e a cultura, em si, eram encaradas como pertencendo à esfera da sociedade e do Estado – esta é, hoje, uma visão que, por simplista e redutora, se encontra definitivamente ultrapassada.

São, actualmente, cada vez mais reconhecidos os efeitos positivos das estratégias de desenvolvimento local assentes na promoção dos valores culturais. Efeitos que podem ser directos, indirectos ou induzidos sobre o valor acrescentado, o investimento, o emprego e, mais importante ainda, cumulativamente sobre toda a

dinâmica socioeconómica local (Florida, 2004; OCDE, 2005). A abordagem metodológica que parece mais ajustada é alicerçada pela referência a um sistema dinâmico, evolutivo e interactivo, onde as actividades elementares se estruturam através de múltiplos processos que se ancoram no passado (através de acções de preservação da memória e de conservação do património), se enriquecem no presente (através de iniciativas e actividades inovadoras e criativas) e se projectam no futuro (através da geração de novos padrões de modernidade, singulares e cosmopolitas). A cultura vive e morre com o seu território. É tempo de perceber que todos estes territórios precisam de ir ao encontro do mundo e não esperar que o mundo venha ao seu encontro, o que implica explorar novos modos de organização associados à identificação e à preservação dos recursos territoriais culturais, fomentando projectos originais, inovadores e mesmo com uma dimensão experimental.

Sobretudo para as áreas periféricas de maior debilidade económica, não tenhamos dúvidas de que estes empregos ligados ao património local nas suas diversas vertentes serão cada vez mais importantes, se conseguirem colocar no mercado, de forma coerente e proficiente, os diferentes formatos que marcam as suas tradições (Dinis, 2000). Os recursos do território são a marca da especificidade das regiões. No actual quadro de globalização e de massificação do consumo, existe, paradoxalmente, uma procura crescente para o que as regiões têm de peculiar, especial e intransferível. Nessa perspectiva, uma das vias de criação de emprego mais promissoras que se abre, sobretudo aos espaços rurais, assenta nos chamados recursos do território. Com o desabar do modelo rural baseado na actividade agrícola, há que saber aproveitar e valorizar projectos empresariais que entonquem na valorização e exploração do património natural e cultural local.

Este é um grande desafio para os territórios, nomeadamente os de baixa densidade: organizar-se como territórios activos, serem capazes de ir (re)criando recursos específicos e intransferíveis, mediante um perfil de inovação em que os produtos e as técnicas, gradativamente diferenciados e melhorados, assentem na paisagem, na cultura e no saber-fazer historicamente constituído à escala local. É fazer da especificidade local o critério fundamental de qualidade e de afirmação competitiva, associando os produtos ao prestígio de um determinado território ou de um espaço natural (Santos, 2008).

Domínios importantes a explorar nestes territórios são as chamadas novas jazidas de emprego que poderão a vir a ter uma importância decisiva no desenvolvimento,

como, a título meramente exemplificativo, os empregos culturais, o turismo rural e de natureza, os serviços pessoais, etc. Cremos que o ambiente, os recursos naturais, o património e a paisagem constituem recursos do território que interessa valorizar numa tripla perspectiva: de salvaguarda do património natural, de preservação de factores identitários regionais e de mobilização de elementos em que se podem apoiar novas actividades geradoras de emprego e riqueza. Trata-se, no fundo, de proceder a uma releitura da noção de património, acrescentar-lhe valor e colocá-lo ao serviço de uma estratégia de desenvolvimento local (Santos, 2008; Santos, 2009b).

Há que refutar liminarmente uma ideia que parece vir sedimentando, que consiste em considerar os territórios periféricos de baixa densidade como territórios marginais a cargo do País. Ao invés, parece-me fundamental partir de outros pressupostos e na necessidade de erigir uma nova visão destes espaços como territórios de oportunidades que assentam as suas estratégias de desenvolvimento na correcta exploração de vantagens comparativas.

O reforço da prosperidade económica e do emprego nas zonas periféricas de baixa densidade implica, designadamente, uma economia local mais diversificada e flexível, que alie o potencial associado à pequena e média empresarialidade fabril, os serviços, as indústrias culturais, o lazer e o turismo. Em especial, é preciso adaptar as diferentes políticas sectoriais e estimular a pequena e média capacidade empresarial de modo a assegurar a criação de novos empregos através da incorporação de diferentes formatos da tradição e do património natural nos circuitos económicos.

É necessário identificar e caracterizar as características de desenvolvimento baseadas na identidade dos diferentes espaços, na sua história, nos seus recursos materiais e imateriais. É neste sentido que os processos endógenos de desenvolvimento podem adquirir especial significado e coerência, permitindo que as economias locais e regionais cresçam com base no potencial de desenvolvimento existente nesses territórios.

A metodologia de projecto encerra uma perspectiva optimista de construção de um caminho de futuro desejável. É a assunção política de que, citando George Bernard Shaw, *aqueles que progridem no mundo são os que se levantam e procuram as circunstâncias que querem e, se não as conseguem encontrar, constroem-nas*. Ou, na formulação de Séneca, *quando se navega sem destino nenhum vento é favorável*. Formular e implementar um projecto é acreditar que o futuro pode ser sempre melhor do que o presente.

Nota conclusiva

O papel da cultura no desenvolvimento dos territórios é, actualmente, amplamente reconhecido, mesmo se essa preocupação não encontra tradução estruturada efectiva no quadro das políticas públicas. A atenção é, geralmente, focalizada sobre os impactos, directos e indirectos, na animação do tecido social, na valorização do património, na dinamização da economia local, na promoção do turismo. O grande desafio passa por implicar e envolver, no âmbito de projectos de desenvolvimento local, as próprias comunidades na criação, difusão e apropriação de bens culturais e artísticos.

As mudanças de paradigma no desenvolvimento económico e social, integrando crescentemente novas dimensões culturais e criativas, têm contribuído para alimentar a construção de uma visão alargada de cultura onde se encontram diferentes características partilhadas por uma determinada comunidade – modos de vida, sistemas de valores, tradições e modelos de consumo – em processos onde o conhecimento desempenha um papel decisivo na respectiva articulação.

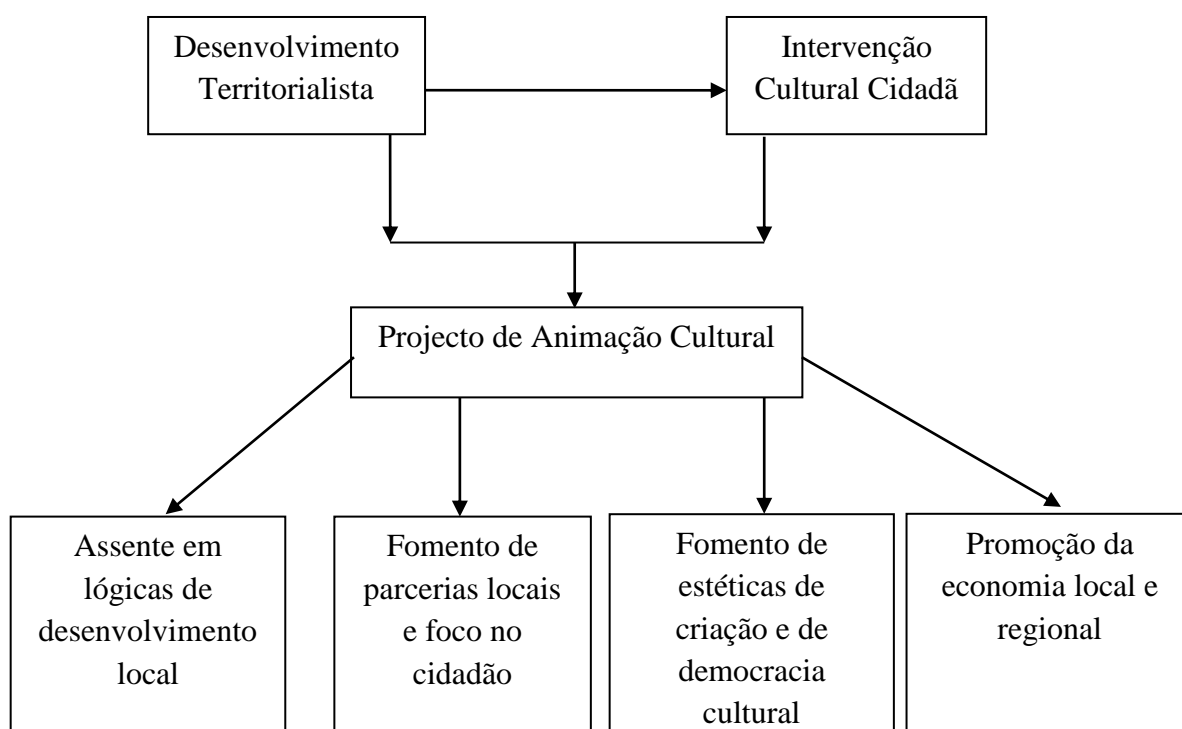
As iniciativas e projectos de cariz cultural, devidamente assentes em lógicas de valor acrescentado e em características diferenciadoras, funcionam como um elemento útil e pró-activo, não só de prestação de serviços à comunidade, como também, de qualificação e capacitação dos cidadãos tomados individualmente e das populações num quadro específico de favorecimento da coesão social e territorial – é este o cerne da intervenção da animação cultural. A sua efectivação assenta, largamente no tríplice objectivo de configurar-se como (1) um meio de reforço da cidadania, (2) uma alavanca da coesão social e territorial e (3) como factor estratégico de afirmação competitiva, gerador de emprego e de riqueza.

O desenvolvimento territorialista ou endógeno deve compaginar a moldura de acção privilegiada dos animadores culturais, no quadro de um modelo de intervenção cultural de promoção de cidadania. A capacidade de gerar dinâmicas sociais qualificantes a partir de activos artísticos, culturais e patrimoniais pressupõe a mobilização das energias comunitárias, bem como uma forma de organização transversal estabelecendo redes de relações.

O debate teórico em torno das políticas e das estratégias de intervenção no sector cultural estrutura-se basicamente em três modelos. Um, a que chamámos industrial, com um forte pendor neo-clássico, defende que é a livre actuação dos mercados que permite

uma melhor afectação de recursos, pelo que deve caber ao equilíbrio dinâmico do mercado a responsabilidade de promover o desenvolvimento cultural. A acção do Estado deve, neste quadro, circunscrever-se à retirada dos entraves que bloqueiam o normal funcionamento dos mecanismos dos mercados. Outro, que designámos por institucionalista, e que, pelo contrário, faz da aposta na mão interventiva do Estado a mola real dos processos de mudança sociocultural, nomeadamente pela construção de infra-estruturas e equipamentos, no quadro do que podemos denominar de democratização cultural. Pressupõe-se que, deste modo, se garantem limiares adequados de externalidades e isso permite aos agentes culturais um quadro mais favorável de actuação e uma garantia de difusão dos bens e serviços culturais com vista à formação de públicos. A terceira abordagem é a do modelo de cidadania que, assumindo que é necessária uma intervenção do Estado para dotar os territórios (pelos menos, os mais debilitados) das referidas externalidades para o seu desenvolvimento, sustenta, porém, que, paralelamente, se devem criar mecanismos que permitam potenciar a utilização dos diferentes recursos próprios, sejam eles materiais, humanos ou institucionais, com vista à afirmação de uma estética de criação que lhe permita a sua afirmação identitária no quadro da chamada democracia cultural.

Figura 1 – Roteiro para elaboração de projectos de Animação Cultural



Defendo, para a promoção de lógicas qualificantes de desenvolvimento local, este último modelo. Permite, teoricamente, melhor conciliar objectivos de coesão com objectivos de competitividade, articular mais facilmente iniciativa privada com acção pública, cruzar mais eficazmente lógicas sectoriais com intervenções de base territorial, dar mais enfoque às potencialidades e às oportunidades do que aos problemas e às dificuldades. Já não se trata tanto de decidir da alocação de recursos escassos, mas antes de (re)criar recursos por meio de novos figurinos que sejam ajustados aos actores locais e aos desafios que se colocam nesse quadro territorial. E permite, e esse é o objectivo fundamental das dinâmicas de desenvolvimento local, eleger a promoção da cidadania como alvo estratégico, tornando os territórios protagonistas do seu próprio caminho de futuro. No fundo, trata-se de estimular a utilização da cultura como elemento de identidade regional e factor de diferenciação competitiva de base territorial, numa lógica de co-responsabilização e cooperação em redes de entidades públicas e privadas.

O grande objectivo estratégico de actuação deve ser o da atenuação das distâncias entre criação e recepção. Tornando, simultaneamente, as comunidades mais auto-centradas nos seus valores e crenças mas abertas ao mundo e às dinâmicas de mudança da contemporaneidade. Enquanto agentes colocados ao serviço do desenvolvimento local, o papel primeiro dos animadores culturais passa largamente por responder eficazmente a este desafio.

BIBLIOGRAFIA

- Andrew, Caroline *et alii* (eds.) (2005), *Accounting for Culture. Thinking through Cultural Citizenship*, Ottawa: University of Ottawa Press.
- Azevedo, Natália (2004), “Políticas Culturais na Área Metropolitana do Porto”, comunicação apresentada no *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga: Universidade do Minho, 12-15 de Maio.
- Baptista, A. J. Mendes (1985), “Mobilização do potencial endógeno de desenvolvimento”, *Revista de Investigação Urbana e Regional*, 2 (4).
- Bassand, M. e Guindani, S. (1981), “L` identité collective ou les aspects culturels du développement régional”, *Strategische Erörterungen zur Regional und Strukturpolitik*, Lugano: Deisprachen.

- Boisier S. e Canzanelli G., (2008), *Local Economic Development and Globalization*, Universitas Forum, Vol.1, 1, pp.1-13
- Cerezuela, David (2007), *Diseño y Evaluacion de Proyectos Culturales*, Barcelona:Ariel.
- Dinis, Anabela (2000), “Futuro e tradição: um novo paradigma de competitividade para as regiões rurais e menos desenvolvidas”, *Perspectivas de Desenvolvimento para as Regiões Marítimas: Actas do VII Encontro Nacional da APDR*, APDR, Coimbra, pp. 545-556.
- Florida, R. (2004), *The Rise of the Creative Class and how it is Transforming Work*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Friedmann, John e Weaver, Clyde (1979), *Territory and Function*, Berkeley: University of California Press.
- Gore, Charles (1984), *Regions in Question – Space, Development Theory and Regional Policy*, Londres: Methuen.
- Greffé, Xavier (org.) (1986), *Science Économique et Développement Endogène*, Paris: Unesco.
- Greffé, Xavier (2002), *Le Développement Local*, Paris: Éditions de l’Aube.
- Henriques, José Manuel (1987), “Municípios portugueses: a caminho de um estilo alternativo de desenvolvimento?”, *Cadernos Municipais*, 4, pp. 6-14.
- Henriques, José Manuel (1990), *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa: Escher.
- Long, A. e Van der Ploeg, J.D (1994), “Endogenous Development: Practices and Perspectives”, Long, A. e Van der Ploeg, J.D (eds.), *Born from Within: Practice and Perspectives of Endogenous Rural Development*, Assen: Van Gorcum.
- Lopes, Raul (2001), *Competitividade, Inovação e Território*, Oeiras: Celta.
- López de Aguilera, Iñaki (2000), *Cultura y Ciudad. Manual de Política Cultural Municipal*, Gijón: Ediciones Trea.
- OCDE (2005), *Culture and Local Development*, Paris:OCDE
- Pedroso, Paulo (1998), *Formação e Desenvolvimento Rural*, Oeiras: Celta.
- Pinto, J. M. e Portugal, B. (2001), “Pontes de partida. Reflexões sobre um projecto de democratização cultural em meio escolar”, *Pontes de Partida – Traços de Expressão Artística nas Escolas do Porto*. Porto: Afrontamento, pp. 8-31.

- Putnam, Robert D. (1995), “Bowling Alone: America's Declining Social Capital”, *Journal of Democracy*, January, pp. 65-78.
- Reis, José (1992), *Os Espaços da Indústria. A Regulação Económica e o Desenvolvimento Local em Portugal*, Porto: Afrontamento.
- Remmers, G. (1998), *Estudio sociológico acerca del desarrollo rural endógeno y proceso de localización en la sierra de la Contraviesa*, Amsterdam: Thela Publishers.
- Remmers, G. (2000), “El Desarrollo Endógeno en Zonas Rurales: acertando en un blanco móvil” in Guzmán Casado, G; Gonzáles de Molina, M.; Sevilla Guzmán, E. (eds), *Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible*, Madrid: Mundiprensa.
- Santos, Domingos (2008), “Desenvolvimento rural – análise de alguns factores críticos”, comunicação apresentada no Seminário *Coesão e Desenvolvimento Rural 2007-2013*, 29 de Abril, Covilhã: Beira Serra/Centro de Estudos Sociais da Universidade da Beira Interior.
- Santos, Domingos (2009a), “A perspectiva territorialista”, in Costa, José Silva e Nijkamp, Peter (coords.), *Compêndio de Economia Regional*, Coimbra: APDR, pp. 218-229.
- Santos, Domingos (2002b), “Teorias de inovação de base territorial”, in Costa, José Silva e Nijkamp, Peter (coords.), *Compêndio de Economia Regional*, Coimbra: APDR, pp. 319-352.
- Santos, Helena (2003), “A propósito dos públicos culturais: uma reflexão ilustrada para um caso português”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 67, pp. 75-97.
- Santos Silva, Augusto (2003), “Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa”, *Revista do Observatório das Actividades Culturais*, 12, pp.10-20.
- Santos Silva, Augusto (2007), “Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro”, *Sociologia, Problemas e Prática*, 54, pp.11.-33.
- Sevilla Guzmán, E. (2001), “Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia”, *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, vol.2, 1, pp. 35-45.
- Stöhr, Walter (1984), “Changing external conditions and a paradigm shift in regional development strategies?”, *Estudos de Economia*, IV (4), pp. 461-485.
- Stöhr, Walter (1987), “Regional economic development and the world economic crisis”, *Papers of the Regional Science Association*, 112, pp. 187-199.

- Stöhr, Walter e Taylor, Fraser (1981), *Development from above or below?*, Nova Iorque: John Wiley.
- Stöhr, Walter e Todtling, Franz (1977), “Spatial equity – some anti-theses to current regional development doctrine”, *Papers of the Regional Science Association*, 38, pp. 51-74.
- Stöhr, Walter e Todtling, Franz (1978), “An evaluation of regional policies – experiences in market and mixed economies”, in Hansen, Nils (ed.), *Human Settlement Systems*, Cambridge: Ballinger.
- Sweeney, Gerry (1987), *Innovation, Entrepreneurs and Regional Development*, Londres: Frances Pinter.
- Teixeira Lopes, João (2009). “Da democratização da cultura a um conceito e prática alternativos de democracia cultural”, in *Saber & Educar*, 14.
- Telmo Gomes, Rui e Lourenço, Vanda (2009), *Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos Serviços Educativos em Portugal*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Touraine, A.(1997), *Podremos Vivir juntos? Iguales y Diferentes*, Madrid: PPC.
- Van der Ploeg, J.D. e Saccomandi, V. (1995), “On impact of endogenous development in agriculture” in Van der Ploeg, J.D. e van Dijk, G. (eds.), *Beyond Modernization. The Impact of Endogenous Development*, Assen: Van Gorcum.
- Vazquez Barquero, A. (2002), *Endogenous Development. Networking, Innovation, Institutions and Cities*, London: Routledge.
- Vázquez Barquero, A. (2007), “Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo Territorial”, *Investigaciones Regionales*, 11, pp. 183-210.
- Weaver, Clyde (1981), “Development theory and the regional question: a critique of spatial planning and its detractors”, in Stohr, W. e Taylor, D. F. (eds.), *Development from Above or Below?*, Chichester: John Wiley, pp. 73-105.
- Weaver, Clyde (1984), *Regional Development and the Local Community: Planning, Politics and Social Context*, Chichester: John Wiley.
- Weaver, Clyde (1988), “Concepts and theories of regional development planning: the state of the art”, comunicação apresentada ao seminário *Regional Development Planning in Developing Countries*, Dortmund: Universidade de Dortmund.